

Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento

Orlando Caliman

Resumo O objetivo do presente texto é fazer, ao mesmo tempo, uma viagem na história econômica do Espírito Santo, na sua vertente de formação, e também um ensaio de leitura sobre os acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX que, de certa forma, delineiam e constroem as bases de um novo ciclo da economia capixaba para o século XXI. Para essa leitura e compreensão mais geral, é importante que tenhamos a percepção de que todo processo de formação socioeconômica e cultural se apresenta como um todo indivisível. Nós a dissecamos apenas para efeito de aprofundar a compreensão das partes. É nessa percepção que elegemos o fato ou fenômeno econômico como elemento central de observação. É isso que faremos nesse texto. Trata-se, então, de um ensaio que, através de relatos de fatos e fenômenos, números, percepções, observações e avaliações, pode ajudar na compreensão da formação econômica e social capixaba.

Palavras-chave Formação Econômica. Espírito Santo. Período Colonial. Projeto. Desenvolvimento.

Abstract The purpose of this paper is to bring about some insights regarding the economic history of the State of Espírito Santo, especially concerning the basis for the economy. It is also a reflection upon some significant events that occurred during the second half of the twentieth century and that played an important role in the “construction” of the economic structure of the 21st century. In order to do so, a more general understanding of the whole process of the economic, social and cultural construction is required. Reality is indivisible; we separate certain dimensions of it only for the purpose of deepening the understanding of some parts. That is the reason why we regard the economic phenomenon as the core element of observation and analysis. The paper

is an exploratory work through reports of facts and phenomena, figures, perceptions, observations and assessment of the economic and social basis of the State of Espírito Santo.

Keywords Economic History. Espírito Santo. Colonial Period. Development Project.

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que, em termos de expressão econômica e sociocultural, o Espírito Santo inicia a sua história de ocupação territorial e de formação econômica, social, política e cultural a partir de meados do século dezenove. Isso se deu tendo como elemento comum e estruturante a cultura do café. É com base nessa atividade que o Espírito Santo se integra ao comércio internacional, constrói os seus laços com a economia nacional e forja a sua base sociocultural e também, em grande parte, a sua identidade.

O objetivo do presente texto é fazer, ao mesmo tempo, uma viagem na história econômica do Espírito Santo, na sua vertente de formação, e também um ensaio de leitura sobre os acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX que, de certa forma, delineiam e constroem as bases de um novo ciclo da economia capixaba para o século XXI.

Para essa leitura e compreensão mais geral, é importante que tenhamos a percepção de que todo processo de formação socioeconômica e cultural se apresenta como um todo indivisível. Nós a dissecamos apenas para efeito de aprofundar a compreensão das partes. É nessa percepção que elegemos o fato ou fenômeno econômico como elemento central de observação. É isso que faremos nesse texto, o qual não tem a pretensão ou a preocupação de uma perfeição analítica fundamentada em referenciais teóricos. Trata-se, sim, de um ensaio que, através de relatos de fatos e fenômenos, números, percepções, observações e avaliações pode ajudar na compreensão da formação econômica e social capixaba.

Mesmo assim, é bom deixarmos bem claro que ao tomarmos a dimensão econômica como foco de análise e leitura, de alguma forma, estamos delimitando um espaço específico da realidade, a qual, em si, é indivisível. Essa característica de indivisibilidade foi muito bem explorada por um grande economista que viveu de 1883 a 1950, Joseph Alois Schumpeter (1982)¹. Na verdade, segundo ele, todo processo social deve ser entendido como “um todo indivisível”. No entanto, para facilitar a compreensão desse “todo indivisível”, são usados alguns artifícios, cuja finalidade é separar – delimitar – as diversas formas e ângulos de observação e análise de uma realidade complexa e dinâmica. Para isso, a realidade é dissecada, utilizando-se critérios que possibilitem se chegar à distinção – em abstrato – entre fato econômico e social.

Não é uma operação tão simples. A classificação e categorização dos fatos obedecem a critérios artificiais, pois não há como se estabelecer limites precisos, por exemplo, entre um fato econômico e um fato social. Em ambos, teremos sempre, no fundo, relações sociais e culturais. A própria caracterização de um fato econômico, segundo Schumpeter, já envolve uma abstração.

Ao designarmos um fato como econômico, no fundo, estamos observando o fato econômico através de uma “cópia mental” – uma abstração – de uma dada realidade. Todavia, na essência, ele – fato econômico – deriva essencialmente do comportamento econômico.

Naturalmente, todo o comportamento econômico enquadra-se como um ato ou ação movida pelo desejo de aquisição de bens e serviços. Em resumo, toda a construção sociocultural tem fundamento numa construção econômica. Não foi diferente no Espírito Santo. Do café, herdamos nossa diversidade étnica e cultural, nas suas expressões mais regionais; do comércio, dos serviços modernos e da indústria, a identidade que expressa a aposta no futuro.

Reportando-nos, novamente, a Shumpeter,

Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação ao tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente. (SHUMPETER, 1982, p.55).

É importante, também, percebermos que, dos fragmentos de um período colonial obscuro e limitado em termos de impacto construtivo da nossa sociedade, passamos pela cultura quase hegemônica do café, a qual não chegou a produzir rupturas que provocassem mudanças, e nos encontramos, agora, em um projeto de futuro mais aberto ao mundo globalizado, através do comércio exterior mais diversificado, da agricultura diversificada, dos serviços e da indústria mais sofisticada.

O futuro que se projeta agora é de um Espírito Santo com o petróleo e gás, com o aço, com a celulose, com o mármore e granito, com a fruticultura, com um comércio exterior dinâmico, com um interior desenvolvido e com bem menos pobreza.

Na linha do tempo, poderíamos, então, estabelecer como períodos da história da formação econômica do Espírito Santo:

- período colonial, caracterizado pela estagnação econômica e isolamento territorial;
- primeira fase do ciclo do café, sustentado pelo regime escravista, com uma economia incipiente e desarticulada territorialmente, e também desconexa do restante do país;

- de Muniz Freire até a metade do século XX²: estratégia de integração territorial e externa pela via comercial;
- crise do café e opção pela indústria: décadas de 50 e 60;
- industrialização a partir de grandes plantas industriais voltadas para o mercado externo: economia industrial e de serviços com forte relação com o comércio exterior – final do século XX;
- novo ciclo de desenvolvimento: sofisticação e diversificação da economia, globalização da base produtiva e incorporação do interior do estado ao processo de desenvolvimento a partir do litoral.

FRAGMENTOS COLONIAIS

No período colonial brasileiro, o Espírito Santo sobreviveu à margem dos principais ciclos econômicos que, de certa forma, marcaram a formação socioeconômica e cultural de regiões como o Nordeste, com a cana-de-açúcar; Minas Gerais, com o ciclo do ouro; e também dos pequenos ciclos que desenvolveram nas franjas destes, como o da pecuária. Desta última, por exemplo, derivaram atividades ligadas à produção de animais para o transporte, couros e derivados, carne para abastecimento das regiões onde se concentravam as atividades voltadas para o mercado externo, principalmente no sul do país.

Embora tenha desenvolvido atividades ligadas à cultura da cana-de-açúcar, no sul, em Itapemirim e nos arredores da capital, Vitória, essa atividade econômica não encontrou condições favoráveis para a sua expansão, até pelo fato de ter ingressado nessa atividade tardiamente, quando os preços no mercado internacional já se encontravam em níveis tão baixos que não atraía investimentos vultosos.

No norte capixaba, mais especificamente na região de São Mateus – São Mateus e Conceição da Barra³, a cultura da mandioca para a fabricação de farinha ganhou certo dinamismo, funcionando como base de suprimento para outras regiões do Brasil. Porém, tratava-se de uma atividade com baixo potencial de expansão e pouco dinamismo.

O isolamento vivido pelo Espírito Santo nessa época pode ser comprovado pelo crescimento lento da sua população. Nos aproximadamente trezentos anos de colonização, a sua população atingiu apenas 49.092 pessoas, no ano de 1856, dos quais 12.269 escravos. Nos arredores da capital viviam 26.324 habitantes; 15.915 em Itapemirim e 5.853 em São Mateus. Proporcionalmente a maior concentração de escravos estava em São Mateus, com 2.217 escravos (ROCHA; MORANDI, 1981).

Esse isolamento durante tanto tempo encontra explicação na ausência de um produto que pudesse atrair as atenções da Coroa Portuguesa. É bom lembrar que Portugal detinha o monopólio da comercialização de qualquer produto que fosse produzido pelas suas colônias. Nada podia ser produzido e comercializado sem passar pelo crivo da Metrópole portuguesa.

Não se deve perder de vista que a essência do regime colonial português passava pela esfera do comércio. Era através do comércio que Portugal se enriquecia e, com ele, a Coroa, que exercia o poder político monárquico, de forma absoluta.

O fato do Espírito Santo não ter encontrado um produto que chamasse a atenção da Metrópole o excluiu, naturalmente, do regime do “exclusivo metropolitano”. O Espírito Santo não fazia parte das rotas comerciais das nave portuguesas. Além das restrições que o mercado lhe impunha, o Espírito Santo também sofreu restrições quanto à utilização de vias de acesso a Minas Gerais, por razões estratégicas de proteção ao monopólio da comercialização do ouro.

Quem bem retrata essa situação de estagnação da Colônia do Espírito Santo é o professor Estilaque Ferreira dos Santos, professor de História da Universidade Federal do Espírito Santo, no seu artigo “Vias de Comunicação, Conquista Territorial e Colonização Estrangeira no Espírito Santo do Século XIX”.

Segundo Estilaque (2010), a situação do Espírito Santo no final do século XVIII era quase desesperadora e de quase abandono do território. Não havia, por exemplo, justificativa econômica para que qualquer navio português parasse no litoral capixaba. Aventou-se até a possibilidade de extinção da Capitania do Espírito Santo. Estilaque (2010) faz menção, em seu texto, que, na nomeação de Silva Pontes como presidente da Capitania, em 1797, o próprio Príncipe Regente, mais tarde Dom João VI, faz referência explícita da missão do nomeado no sentido de “reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo”.

Podemos concluir que o período colonial do Espírito Santo pouco deixou de mais sólido e mais permanente. Nem mesmo a sua identidade, forjada de forma mais abrangente e visível através da cultura do café, o qual começa a ser produzido no território capixaba a partir da década de trinta do século XIX.

O CICLO DO CAFÉ

Concretamente, o Espírito Santo começa a mostrar a sua “cara” para o Brasil e para o mundo através da cultura do café. A palavra cultura aqui tem um duplo sentido. Um sentido econômico, de uma atividade que envolve todo um sistema de produção ou, visto através de uma expressão mais sofisticada, um modo de produção próprio. O segundo sentido evoca o lado da construção sociocultural projetada pelo conjunto das relações forjadas a partir desse modo próprio da produção do café, no Espírito Santo, diferentemente de outros estados brasileiros, os quais também tiveram no café as suas bases de desenvolvimento, como São Paulo.

Não seria exagero afirmar que o Espírito Santo nasce efetivamente na era moderna ou, mais precisamente, na segunda metade do século dezenove e não no período colonial. No período anterior, colonial, o estado viveu um verdadeiro atraso colonial, isolado da dinâmica

geral da nação que desabrochava, e incapaz de gerar processos internos de superação.

Esse atraso, de diferentes formas, repercutiu, na linha do tempo, na sua inserção retardatária à economia nacional, o que aconteceria a partir da segunda metade do século dezanove, não mais na lógica exclusiva mercantil escravista, mas na lógica mercantil de um capitalismo que se afirmava a partir da Europa, tendo como base o café. No limite, o Espírito Santo nasce e se constrói já na era moderna e já com ares e impregnado por ideias e ideais transformadores da modernidade.

A introdução do café no Espírito Santo se deu a partir das fronteiras com o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, como forma de expansão do seu cultivo. O regime de produção ainda se dava através da utilização da mão-de-obra escrava, que perdurou até a abolição da escravatura, já no final da década de oitenta do século XIX. Inicialmente ocupando a região sul do estado, a economia cafeeira prosperou atrelada fortemente ao Rio de Janeiro, para onde escoava toda a produção.

Portanto, a formação econômica e social do Espírito Santo começa pelo sul, com o café. Sua produção se dava em grandes propriedades e sob o regime da mão-de-obra compulsória. A sua comercialização fez surgir centros urbanos que funcionavam como verdadeiros entrepostos de intermediação de venda do produto e também de ponto de compras de bens de consumo. Foi assim que surgiram efetivamente cidades como Cachoeiro de Itapemirim, grande polo de convergência das relações comerciais a partir do café.

O café, embora introduzido na década de quarenta do século XIX, não apresentou bom desempenho até o final desse mesmo século.

O estudo realizado pelo NEP – Núcleo de Estudos e Pesquisa do Departamento de Economia da UFES, coordenado pelo professor Haroldo Corrêa Rocha - aponta, por exemplo, que o volume produzido pelo Espírito Santo cresceu apenas 166% entre 1876 e 1890, enquanto São Paulo apresentou uma expansão da produção equivalente a 300%. No início desse mesmo período, em 1876, o Espírito Santo detinha uma participação de apenas 3% da produção do país, contra 21,3% de São Paulo. Já em 1890, os percentuais evoluem para 5,4%, no caso do Espírito Santo, e 56%, no caso de São Paulo.

Na verdade, no final da década de noventa do século XIX, a economia capixaba ainda era relativamente incipiente e desintegrada territorialmente. Não havia uma infraestrutura que facilitasse a integração entre as regiões. Norte e sul não se ligavam à capital. Não havia ligação eficiente entre a capital, Vitória, e Cachoeiro de Itapemirim. Esta última cidade vivia praticamente ligada à dinâmica impulsionada pela capital do país, Rio de Janeiro.

Principalmente a partir da década de setenta do século dezanove, seguindo a estratégia nacional, o Espírito Santo começa a receber imigrantes europeus, sobretudo italianos. Esse fenômeno é considerado como decisivo para a construção da nossa base sociocultural.

Diferentemente de São Paulo, a imigração italiana no Espírito Santo foi incentivada e

motivada por outros fatores, dentre os quais se destaca a de colonizar o território capixaba e não o de substituir a mão-de-obra escrava. O objetivo estratégico era ocupar as imensas áreas vazias. Acresceu-se à imigração italiana, povos de outras origens, como os alemães, os quais chegaram inclusive antes dos italianos e se fixaram na região central, Serrana; destacam-se também os poloneses.

Quem melhor detectou o problema de desarticulação e ausência de comunicação entre as regiões do Espírito Santo foi o seu primeiro presidente eleito, Muniz Freire. O primeiro mandato de Muniz Freire ocorreu entre 1892 a 1896, quando foi idealizado um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo, sem dúvida, o primeiro. Ele sonhou com um Espírito Santo cosmopolita, uma cidade de Vitória aos moldes das grandes metrópoles europeias.

Na sua visão, através da integração territorial, abria-se a perspectiva de ganhos de escala para a operação do Porto de Vitória. Assim como, também, através de uma cidade nos moldes da modernidade, se abriria o Espírito Santo para o mundo, atraindo pessoas, negócios e, sobretudo, o progresso. Muito provavelmente, Muniz Freire guardava no seu projeto a possibilidade de construção de uma nova identidade para o estado, apartada do passado, conectada com o mundo moderno, numa visão de futuro: uma identidade nova e moderna, cujo símbolo estivesse representado exatamente na visão do Novo Arrabalde (CAMPOS JR, 1996).

Em 1890, a participação do Espírito Santo na produção de café no Brasil foi de 5,4%, contra 57% de São Paulo (ROCHA; MORANDI, 1981, p.10). A característica ainda escravista e também marginal da produção, até então, não oferecia condições favoráveis para um crescimento mais acelerado nem para a sua expansão para além das terras do sul do estado. Além disso, o circuito de sua comercialização acontecia no Estado do Rio de Janeiro, pela ausência de infraestrutura.

A diferenciação da cultura do café no Espírito Santo em relação aos demais estados produtores deu-se não somente no período em que predominou a forma escravista de produção – marginal e de baixa produtividade, mas também, e principalmente, na sua fase subsequente, quando predominou a pequena propriedade e a produção familiar. Aliás, é essa forma que irá forjar uma nova identidade ao Espírito Santo, inclusive com forte influência nas economias regionais e nos arranjos produtivos específicos que surgirão a partir da década de setenta do século XX.

A hegemonia do café permeia praticamente um século da história capixaba, com início em meados do século XIX, chegando à década de sessenta do século XX. Contudo, sem ter sido marcada por grandes transformações; mas que, mesmo assim, deixou marcas por todo o território; foi responsável pela nossa territorialidade.

Se, de um lado, todo o período colonial, de aproximadamente 300 anos, não conseguiu forjar uma identidade abrangente e integrada do conjunto das regiões do estado, de outro, em 100

anos da cultura do café é possível encontrar traços e símbolos mais enraizados e comuns a praticamente todo o território capixaba.

Assim, não seria de todo ousadia afirmar que a cultura do café, e ainda mais como consequência das suas especificidades, marcou uma forma singular de ocupação territorial e formação sociocultural. Trata-se de um modo particular de expansão, consolidação e sobrevivência de uma atividade econômica específica.

As marcas da cultura do café, no entanto, não foram derivadas do seu dinamismo e sua capacidade transformadora. O que efetivamente a caracterizou foi exatamente a ausência de dinamismo e poder de transformação. De meados do século XIX até a década de 50 do século XX, nada aconteceu de extraordinário em todo o território capixaba, mas o café subsistiu, ou resistiu, sem evoluir.

O que aconteceu no Espírito Santo foi totalmente diferente do que ocorreu em São Paulo, onde a cultura do café possibilitou a industrialização, a urbanização, a modernização e diversificação da base. Logicamente, a diferenciação se deveu a fatores diversos e específicos. Lá o capital comercial acumulado serviu de base para a industrialização.

A importância da cultura do café está mais pelo lado da sua singularidade de expressão no campo sociocultural do que na força transformadora que pudesse atuar no campo da dinâmica econômica. Sem dúvida, foi a singularidade do modo de produção e reprodução da cultura do café que produziu especificidades, as quais foram expressas nos modos de vida e cultura do povo capixaba.

Um dos elementos centrais para a compreensão dessa singularidade pode ser encontrado inicialmente na ruptura mais abrupta em relação à produção sob o regime escravista e sua substituição por um modelo baseado na pequena propriedade, sobretudo, a familiar. Passou-se rapidamente de um regime escravista e de grandes propriedades para um regime de produção autônoma e baseada na pequena propriedade.

No entanto, e até paradoxalmente, essa característica marcante da presença da pequena produção – leia-se também pequena propriedade, ao contrário de abrir novas perspectivas de crescimento, de expansão e diversificação da economia, a aprisionou num ciclo produtivo “monocórdio” e avesso a mudanças e desafios. Isso se deveu, principalmente, em função das características do modo de produção predominante, a pequena propriedade, a qual subsistia às turbulências das crises sem provocar mudanças estruturais. Subsistência e geração de excedente conviviam pacificamente. Quando a crise aparecia, encolhia-se na sobrevivência; quando os preços do café subiam, florescia novamente. Não havia crise que provocasse uma ruptura drástica que pudesse ocasionar transformações de fundo.

Em resumo, a economia girava predominantemente dentro dos limites da pequena propriedade e o café se transformou na única e exclusiva forma de conexão concreta com o mundo exterior.

Isso prevaleceu até a década de sessenta do século XX, quando se inicia o processo de industrialização, o qual não é alimentado, como esperado, pelo excedente do comércio do café. A industrialização surge por necessidade de sobrevivência, de busca de alternativa de desenvolvimento; surge da necessidade de um novo projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo. A sua gestação começa ainda no início da década de cinquenta, no governo de Jones dos Santos Neves.

DE UM PROJETO DE INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DAS POTENCIALIDADES LOCAIS À GRANDE INDÚSTRIA

Se alguém perguntasse o que teria marcado a economia capixaba no século XX, não hesitaria em afirmar que foi a sua integração ao comércio internacional pela via da grande indústria e pelas atividades que se desenvolveram ligadas ao comércio exterior. Sob o domínio do café, a integração se deu numa única direção: os mercados compradores. Diferentemente do que ocorreu a partir da segunda metade do século XX, com a indústria exportadora internacionalizada e o comércio e os serviços de importação.

É importante ressaltar que essa trajetória não foi produto do acaso. Tem raízes na história. Dentre tantos que pensaram, ou mesmo sonharam, o Espírito Santo do século XX, aparece com destaque a figura do governador Muniz Freire, que governou o estado de 1892 a 1896. Na verdade, ele imaginou um Espírito Santo integrado por ferrovias, internamente e com o resto do país, tendo Vitória, a capital, como um centro comercial de amplitude internacional. Segundo Muniz Freire, o Espírito Santo estaria vocacionado para o comércio exterior e poderia ser um elo de ligação entre o território nacional e o mundo exterior.

O professor Carlos Teixeira, no seu livro “O Novo Arrabalde: Aspectos da Formação Urbana de Vitória”, revela com singularidade esse lado sonhador e idealizador de Muniz Freire. Segundo o autor, Muniz Freire, além de idealizar a integração territorial do estado, imaginou a Cidade de Vitória como elo central e catalisador do capital comercial gerado pela economia cafeeira. Essa “centralidade” o fez projetar o Novo Arrabalde, uma Vitória pensada à frente do seu tempo, planejada em detalhes e que pudesse acolher de forma eficiente as atividades comerciais ligadas principalmente ao porto.

É bom recordar que, no final do século XIX, a economia capixaba se resumia ao café na região sul, centrada em Cachoeiro; na cana-de-açúcar, nas proximidades de Vitória e em São Mateus, no norte. Essas regiões não se comunicavam entre si. Daí a ideia de integrá-las através de ferrovias e portos.

Assim surgiram os trechos de ferrovias de Vitória para Castelo, Marataízes e Cachoeiro, partindo, dessa última cidade, as conexões para Minas Gerais e Rio de Janeiro. De Vitória também partiria a ligação com Minas Gerais, pelo Vale do Rio Doce – futura Ferrovia Vitória-Minas. Logicamente, pouca coisa aconteceu efetivamente no seu governo. O

governador Jerônimo Monteiro, no início do século XX, por exemplo, foi executor de vários dos projetos do governo de Muniz. Outros foram se efetivando no decorrer do século. Hoje, o Espírito Santo não somente está integrado ao comércio internacional, mas, também, muito fortemente, ao mercado brasileiro. É dele que se alimentam grande parte das nossas pequenas e médias empresas nos vários arranjos produtivos.

Curiosamente, o Espírito Santo é o estado brasileiro que mais aumentou o seu intercâmbio com os outros estados no final do século XX. Conforme a Tabela 1, as suas vendas para o mercado interno, que correspondiam a 22% do PIB – Produto Interno Bruto, em 1975, passaram a representar 66%, em 1998. Isso significa 192% de aumento, conforme tabela abaixo. A média de participação das vendas interestaduais do país, nesse mesmo período, aumentou 68%.

Tabela 1 - Espírito Santo: Comércio Interestadual - % do PIB

Especificação	Anos		Variação (%)
	1975	1998	
Compras do ES	39,0	60,1	54,1
Vendas do ES	22,6	66,2	192,9
Saldo	-16,4	6,1	
Brasil	24,5	41,1	67,8

Fonte: PIB, IBGE, 1998.

O Espírito Santo não somente passou a ser superavitário na sua relação com o mercado externo, mas também com o mercado interno. Nossa economia tornou-se diversificada e complexa, e o “Novo Arrabalde”⁴ se transformou em metrópole. Ou seja, é possível ver na visão de Muniz Freire traços do Espírito Santo no século XXI.

Fica claro que, na sua história econômica, o Espírito Santo viveu alguns momentos onde se evidenciaram as intenções de seus governantes em construir as condições favoráveis ao crescimento econômico e, mais que isso, ao desenvolvimento econômico. Um dos exemplos marcantes ocorreu no governo de Jerônimo Monteiro, o qual, na mesma linha de Muniz Freire, no início do século XX, idealizou um projeto de desenvolvimento que tinha como base a industrialização do estado. Foi no seu governo que ocorreram investimentos industriais, com a participação estatal direta no setor têxtil e de açúcar.

Na verdade, é importante ressaltar que a frágil estrutura produtiva privada requeria, naquela época, um suporte maior que pudesse garantir um aporte mais significativo de recursos. O certo é que com Jerônimo Monteiro idealizou-se um projeto para o Espírito Santo e geraram-se instrumentos adequados de intervenção, compatíveis com o momento histórico.

O sonho de Muniz Freire e o espírito empreendedor de Jerônimo Monteiro retornaram, em meados do século XX, com Jones dos Santos Neves. No governo de Jones dos Santos Neves, na década de 1950 (VASCONCELOS, 1995, p.146), podemos identificar também a

idealização de um projeto para o Espírito Santo e, por conta dele, trabalhou-se principalmente para que fossem geradas as condições indispensáveis para a sua implementação: uma infraestrutura adequada. Assim, investimentos em energia elétrica, rodovias e portos foram considerados fundamentais, bem como o aparelhamento do estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro.

Ressalta-se que, ao iniciar-se a crise do café, já em meados da década de cinquenta, a indústria capixaba era ainda muito incipiente. O valor da produção industrial atingia apenas 0,7% do valor da produção nacional e se resumia ao gênero produtos alimentares, respondendo, aproximadamente, por 76% do valor bruto total da produção industrial (ROCHA e MORANDI, 1981, p.78) Mesmo assim, as atividades estavam concentradas, principalmente, no beneficiamento de café.

No mesmo curso “jonista” e respaldado, principalmente, em lideranças empresariais, sob a tutela da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, um projeto mais consistente é gerado e implementado no período de governo do Dr. Cristiano Dias Lopes, na década de 1960. Com Dias Lopes, é traçada uma nova trajetória para a economia estadual, bem como são concebidos os principais instrumentos de uma política de desenvolvimento. Deve-se atentar para o fato de que a economia capixaba passava nessa década por uma das maiores crises, em função da queda dos preços do café e da conseqüente erradicação dos cafezais.

É bom lembrar que, em 1950, o café era a atividade principal para 75% das propriedades (ROCHA e MORANDI, 1981). Ainda segundo Haroldo e Morandi, nesse mesmo ano, a agricultura representava 50% do total da renda interna gerada no estado, sendo que, da renda agrícola, o café representava 64%, o que equivalia a 35% da renda total da economia. Esse era o peso do café tanto para a economia como um todo, como também para a ocupação da maioria da população capixaba.

A ideia de se buscar na industrialização a forma de sair da monocultura cafeeira remonta à visão de Muniz Freire, o pragmatismo de Jerônimo Monteiro e continua presente no primeiro governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, iniciado em 1947, no governo de Jones do Santos Neves, no início da década de cinquenta e no segundo mandato de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, eleito em 1958.

O governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, por exemplo, no seu primeiro mandato, instituiu incentivo tributário específico para novas indústrias que se instalassem no Espírito Santo. Já no seu segundo mandato, no final da década de cinquenta, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, como era chamado, introduziu o mecanismo de planejamento governamental como forma de preparar o Espírito Santo para a passagem para a era industrial. Foi ele que institucionalizou o planejamento na gestão de governo.

Talvez o evento de maior expressão simbólica do governo do Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg tenha sido a realização de um seminário que versou sobre o futuro do desenvolvimento do Espírito Santo, denominado na época como Seminário de

Desenvolvimento. Esse seminário aconteceu em 5 de fevereiro de 1960. Contou com a participação de técnicos do Espírito Santo e consultores externos (VASCONCELOS, 1995, p. 215). Ressalta-se que, naquela época, o estado dispunha de um grupo de técnicos que se preocupavam em desenhar um novo futuro para o Espírito Santo. Estes se abrigavam na recém-instituída Federação das Indústrias do Espírito Santo, sob a liderança do empresário Américo Buaiz.

As estratégias e diretrizes traçadas nesse seminário seriam retomadas posteriormente no governo de Cristiano Dias Lopes. No entanto, mais especificamente, os balizadores do seu governo foram extraídos de um diagnóstico elaborado no ano de 1966, sob a coordenação de José Arthur Rios, consultor contratado para organizar os trabalhos (ROCHA e MORANDI, 1981, p. 37). O desafio era então encontrar saídas para a forte crise da agricultura, em especial do café, que já provocara um enorme êxodo rural e, por consequência, um acelerado processo de urbanização, com concentração nos municípios da Grande Vitória.

Os trabalhos coordenados por Arthur Rios só fizeram reiterar a necessidade do Espírito Santo buscar, como alternativa econômica, a industrialização.

É no governo de Cristiano Dias Lopes que são criados os principais instrumentos de política de desenvolvimento, bem como implantado todo um aparato voltado ao fomento e apoio do desenvolvimento. Nasce assim o FUNRES (Fundo de Recuperação do Espírito Santo), o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) e incentivos específicos de cunho fiscal de bonificação de ICMS. Do lado institucional, foi criada a CODES, transformada posteriormente em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, hoje BANDES. Todos esses instrumentos institucionais de política de desenvolvimento existem até hoje.

Podemos classificar o período de governo de Cristiano como um período de inflexão, pelo fato de representar, de certa forma, uma ruptura do modelo de crescimento anterior. Trata-se de um momento de mudança da trajetória, que acaba servindo de base para a inserção da economia capixaba na economia brasileira, na década de setenta, articulada e conduzida, na primeira fase, pelo governador Arthur Carlos. Já nessa outra fase, novos atores entram no processo, alguns deles ligados a capitais estatais (da União), outros do exterior. Estamos na era dos chamados Grandes Projetos. Na década de setenta, a nossa economia cresceu a uma taxa média anual em torno de 11%, principalmente devido ao crescimento industrial.

Nesse sentido, no governo de Arthur Carlos G. Santos, o foco central passa a ser a inserção do Espírito Santo no curso das transformações pelas quais passava a economia brasileira. Houve um esforço de aparelhamento da infraestrutura para qualificar o território capixaba enquanto *locus* capaz de receber grandes investimentos de origem externa e estatal. É importante ressaltar que, no início da década de setenta, a economia brasileira está a pleno vapor, apresentando altas taxas de investimento, especialmente em setores produtores de insumos básicos ou que pudessem aumentar as nossas exportações.

Em resumo, o Governo de Arthur conduziu o Espírito Santo para a sua inserção no Segundo PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, sobretudo, no campo das articulações que culminaram com a vinda para o Espírito Santo de grandes empreendimentos como a Aracruz Celulose e a CST. A sustentação da estratégia traçada pelo governo de Arthur estava na percepção de que o desenvolvimento da economia capixaba teria que passar necessariamente por uma articulação e inserção maior com a economia nacional. Até então, os elos que ligavam a economia local à nacional eram tênues e se resumiam ao café e ao minério.

O Espírito Santo foi um dos poucos estados brasileiros a dispor de uma política industrial e de desenvolvimento, através da utilização de instrumentos como incentivos fiscais e de fomento, como o FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias e outras formas de incentivo a partir do ICMS. Para operar tais instrumentos, foram criadas instituições como o Bandes e o GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo. Refiro-me à experiência iniciada com o governo de Cristiano e que acabou por consolidar mais tarde alguns arranjos produtivos locais importantes, bem como consolidou as atividades portuárias de importação e exportação.

Entretanto, há um marco decisivo nesse processo de internacionalização da economia capixaba que está ligado à construção do Porto de Tubarão. Nesse contexto, surge a figura de um grande estrategista, Eliezer Batista. Foi ele que melhor soube compreender o momento preciso e a forma de inserção da economia capixaba no contexto da economia internacional. O Porto de Tubarão, localizado na parte norte do Município de Vitória, também denominada Ponta de Turbarão, representa um salto de visão de futuro e de uma nova escala de comércio, muito bem percebida por Eliezer Batista. O Porto de Tubarão constitui um marco divisório de dois períodos da histórica econômica do Espírito Santo: antes de Tubarão e depois de Tubarão. Também representa uma mudança radical de escala de operação da economia capixaba.

A partir de Tubarão, a economia capixaba ganha outra dimensão, outra escala; mais global e mais competitiva no campo da produção e logística de *commodities*. Abre também espaço para outros empreendimentos ligados ao setor minero-siderúrgico.

Segundo Rocha e Morandi (1981), o setor industrial, puxado pela indústria de transformação e a construção civil, passa a ditar o dinamismo da economia.

A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA CAPIXABA NO FINAL DO SÉCULO XX

O Espírito Santo mudou muito nos últimos quarenta anos. De um estado praticamente agrícola e com grande dependência da cultura do café, na primeira metade da década de 1960, transformou-se num estado com uma indústria e um setor de serviços e comércio fortemente ligados ao comércio internacional. Graças a sua localização geográfica e suas

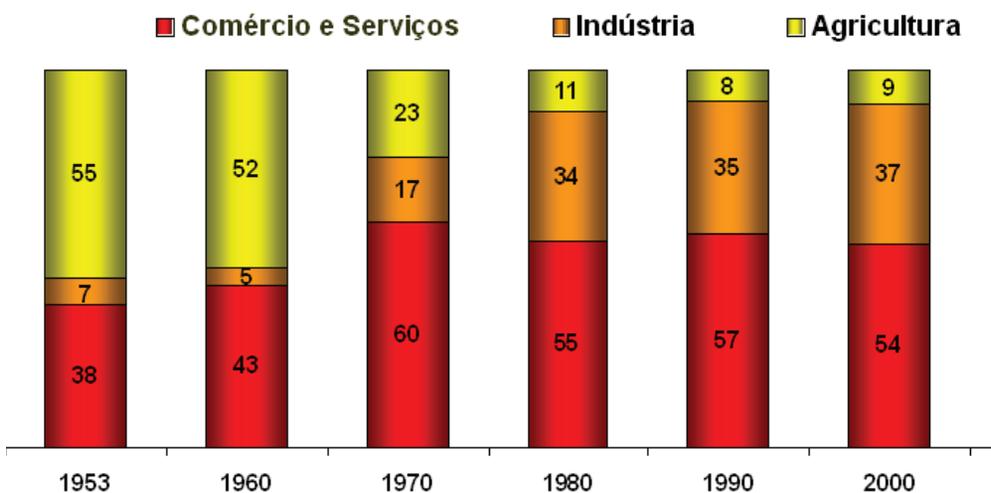
aptidões naturais para a implantação de portos, grandes projetos voltados para o mercado exterior foram implantados, principalmente a partir da década de 1970.

O setor industrial que, em 1960, respondia por aproximadamente 7% do PIB (Produto Interno Bruto), em 1970, chega a representar 17%, para em 2004 atingir 44%. Em sentido inverso, o setor agrícola, o qual participava em 50% do PIB em 1960, apresenta um percentual inferior a 5% em 2004. Já o setor de comércio e serviços que, em 1960, detinha uma participação de 43%, passa, em 2004, a representar 51% da riqueza produzida no estado.

De acordo com a nova metodologia adotada pelo IBGE, mas que ainda não está retratada nos números aqui utilizados, o setor terciário já chega a responder por aproximadamente 65% do PIB.

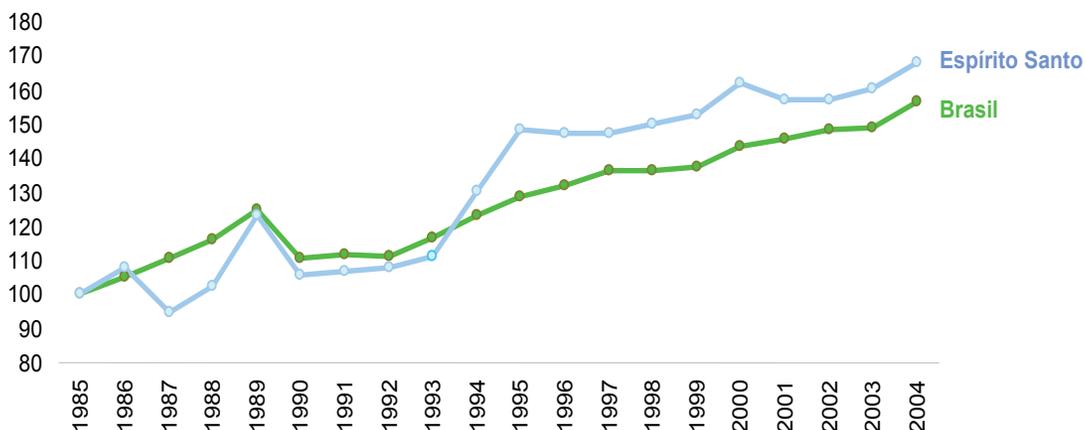
Conforme o Gráfico 1, de 1970 a 2005, a economia capixaba apresentou um crescimento médio anual de 5,9%, contra 3,9% da economia brasileira. No entanto, é na década de 1970 que o diferencial de taxas apresenta-se maior. Enquanto o Espírito Santo cresceu a uma taxa média anual de 14,2%, o Brasil cresceu a 9,6%.

Gráfico 1 – Participação (%) dos Setores na Economia do Espírito Santo (1950 – 2005)



Fonte: IBGE, 2006.

Nas décadas de oitenta e noventa, as taxas de crescimento caem tanto para a economia brasileira, quanto para a capixaba. Mesmo assim, o Espírito Santo continua a manter um ritmo melhor do que o da economia nacional. A década de oitenta foi a pior das décadas, tanto para o Espírito Santo quanto para o Brasil – 3,7% para o Espírito Santo contra 1,9% para o Brasil (Gráfico 2). Ainda em ritmo lento, na década de noventa, a liderança do Espírito Santo se mantém.

Gráfico 2 – Crescimento Real do Espírito Santo em Relação ao PIB

Fonte: IBGE, 2006.

Durante esse período, intensificou-se o processo de internacionalização da economia, sobretudo com o crescimento das atividades de importação, pouco acionadas em períodos anteriores. Isso foi possível através da utilização de mecanismo de incentivo denominado FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, criado no início da década de setenta.

A quase totalidade das importações foi feita ao abrigo do FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, um benefício de natureza financeira. O FUNDAP foi criado no início da década de setenta no governo de Cristiano Dias Lopes. As empresas importadoras ou aquelas que operam para importadoras podem se beneficiar de parcela do montante pago sob a forma de ICMS, o qual retorna a estas na forma de financiamento de longo prazo (25 anos), juro de 1% ao ano e sem correção monetária. O sistema FUNDAP foi o grande responsável pelo desenvolvimento das atividades portuárias de importação. Através dele, o Espírito Santo qualificou-se em termos empresariais e infraestrutura de serviços para comércio exterior.

Todas essas mudanças ocorridas na economia repercutiram fortemente na distribuição territorial da população, nos investimentos públicos, nas estruturas dos governos estadual e municipal, nas bases tributárias, nas demandas da sociedade. Enfim, mudanças aconteceram de maneira rápida e também de forma profunda. Também mudaram as relações, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, da economia capixaba com a economia brasileira e internacional. A economia capixaba se apresenta hoje como uma economia globalizada e também mais integrada com a economia nacional.

Essa trajetória mais recente da economia capixaba foi marcada fortemente pelos grandes

empreendimentos industriais ligados ao complexo minero-siderúrgico e à celulose, que funcionaram tanto como sustentáculo do seu dinamismo, como também serviram de base para um amplo processo de diversificação e especialização comercial e de serviços. Esses grandes empreendimentos foram importantes ainda para o desenvolvimento de atividades econômicas de características mais locais, as quais se transformaram em verdadeiros arranjos produtivos. É o caso do mármore e granito, da indústria de confecção, da indústria de móveis, do turismo, da indústria metalomecânica, dentre outras.

Hoje, o Espírito Santo vive um momento novo, talvez impar na sua história. As descobertas de gás e petróleo no seu litoral, os investimentos em expansões por parte das grandes empresas ligadas ao complexo minero-siderúrgico e à produção de celulose, e o dinamismo que vem alcançando alguns dos arranjos produtivos locais reforçam os sinais de que o estado está entrando num novo ciclo de desenvolvimento. Aliado a isso, um novo e saudável ambiente político e institucional passa a funcionar como fator de atração de novos negócios.

Como explicar essa boa performance? Como destacamos, na década de sessenta, éramos ainda uma economia incipiente. Mudanças mais profundas começam a ocorrer na segunda metade da década de sessenta, principalmente em razão da adoção de políticas consistentes de incentivos à industrialização.

Em 1970, a indústria responde por 17% do PIB. Por outro lado, a agricultura cai drasticamente para 23%, de um patamar de 50% registrado em 1960. Essa forte mudança está intimamente ligada à crise cafeeira, a qual culminou com a erradicação de extensas áreas plantadas. Todavia, a grande reviravolta estaria ligada ao crescimento mais acelerado da economia brasileira, com viés industrial.

É nesse momento que a economia capixaba passa se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, através dos chamados grandes projetos, a começar pela expansão da CVRD, com o Complexo de Tubarão, seguido pela Aracruz, Samarco e CST. Portanto, podemos creditar esse segundo salto à inserção da economia capixaba na lógica da economia brasileira. Nesse aspecto, o Espírito Santo deixa de ser economia agrícola e comercial provinciana e passa à era industrial, globalizada.

Não podemos deixar de destacar a política de incentivos para o desenvolvimento do estado. Não há dúvida de que os incentivos fiscais criados, em especial o FUNRES, representaram um papel importante na formação e consolidação de alguns arranjos produtivos locais. Estamos nos referindo a investimentos incentivados nos segmentos da agroindústria, mármore e granito, turismo, confecção, metal-mecânico e mais recentemente no setor moveleiro. Devemos destacar, também, o FUNDAP, os investimentos estratégicos em infraestrutura de operação, as EADI (Entrepósito Aduaneiro de Interior) e os investimentos em atividades produtivas.

QUESTÃO REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

O rápido crescimento econômico provocou alterações na distribuição espacial da riqueza produzida, na dinâmica populacional e no desempenho tributário dos municípios e regiões. Regiões mais próximas ao litoral, por exemplo, passaram a concentrar população e riqueza, em detrimento das demais. Isso revela também que transformações estruturais e espaciais aconteceram num prazo de tempo relativamente curto.

Portanto, as transformações de natureza estrutural possibilitaram um rearranjo da estrutura produtiva estadual do ponto de vista regional. A acelerada urbanização, motivada, de um lado, pela desestruturação da base agrícola, na década de sessenta, seja por um processo de modernização conservadora, seja pela crise que se abateu no campo, sobretudo, sobre o café e, por outro lado, pelo efeito atração do próprio processo de industrialização, fez emergir os desequilíbrios internos (inter-regionais), constituindo um quadro de desigualdades regionais.

A ordem de grandeza dessas mudanças pode ser avaliada pela simples leitura de diversos indicadores socioeconômicos, como população, consumo de energia, número de veículos, investimentos públicos e privados, desempenho espacial dos diversos setores econômicos, geração de tributos (ICMS) e indicadores de qualidade de vida, como mortalidade infantil, índice de indigência, etc. Regiões, por exemplo, como a Microrregião Sul do estado, que tem o Município de Cachoeiro de Itapemirim como seu núcleo de maior importância, vem passando por um processo de retração econômica, populacional e dos níveis de qualidade de vida.

Quanto à participação relativa de cada macrorregião na produção da riqueza estadual (PIB) no período que vai de 1970 a 2005, observa-se que a concentração maior do crescimento econômico se dá na região macrometropolitana, a qual congrega a região metropolitana propriamente dita e a região serrana sob sua influência. Assim, a microrregião metropolitana que produzia 55% da riqueza do estado em 1970, passa a produzir 63% em 2005.

O movimento da população também acompanha a dinâmica econômica. Nesse aspecto, a região macrometropolitana tem sua população relativa aumentada, não acontecendo o mesmo com as demais regiões.

É interessante observar que o movimento mais forte da população em direção à Grande Vitória aconteceu ainda na década de 1960, quando essa região apresentou um incremento da população de 96%. Nessa década, Vila Velha foi o município que apresentou a maior taxa de crescimento de sua população (123%).

O movimento ocorrido na década de sessenta tem a ver com a desestruturação da agricultura capixaba ou, mais precisamente, com a erradicação dos cafezais. Já na década de setenta, a motivação para a continuidade do processo de concentração da população na Grande Vitória estaria no processo de industrialização da região. Decorre daí o fato do Município de Serra apresentar um percentual altíssimo de crescimento da população: 378%.

A Tabela 2 apresenta de forma resumida indicadores de distribuição de diversas variáveis, dentre as quais a distribuição do ICMS, tomando como referência o valor adicionado fiscal – VAF – de cada município (Mapa 1). A Região Metropolitana foi responsável, em 2000, pela geração de 63% do PIB do estado e recebeu o correspondente a 62% do ICMS gerado.

Tabela 2 – Espírito Santo: Indicadores de Participação Regional (em %)

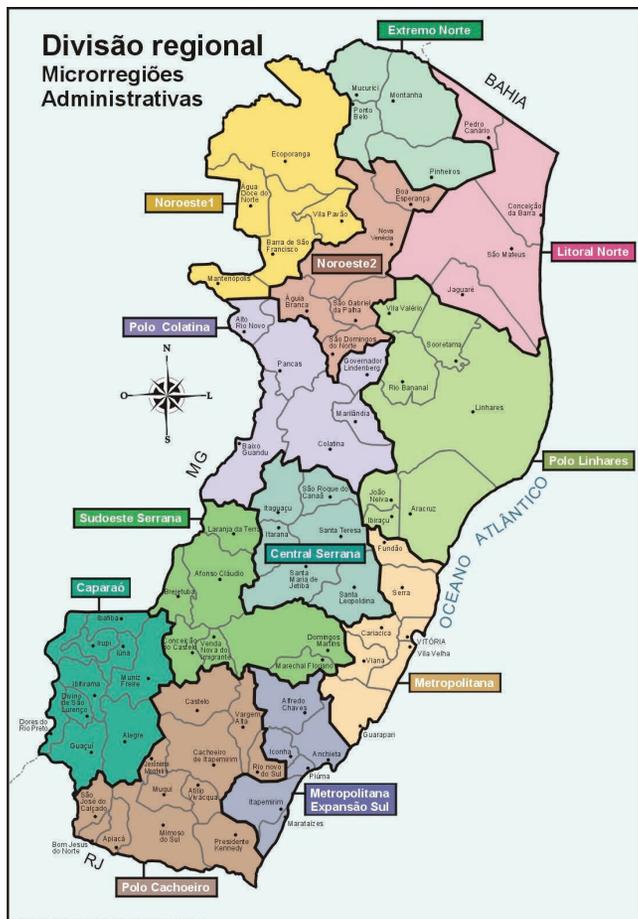
Região	Variáveis							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Macro Sul	18,00	8,00	11,90	15,60	6,00	7,50	8,30	16,56
Micro Pólo Cachoeiro	10,00	6,50	8,70	10,70	6,00	7,25	6,40	10,81
Micro Caparaó	8,00	1,50	3,20	4,90	0,00	0,25	1,80	5,75
Macro Metropolitana	47,00	82,80	71,10	65,10	88,60	83,95	79,90	49,48
Micro Metropolitana	5,00	62,20	49,90	46,40	79,30	33,72	63,00	40,53
Micro Polo Linhares	14,00	13,60	10,00	7,70	6,70	22,17	9,10	8,96
Micro Metropolitana Exp. Sul	10,00	3,70	3,50	3,80	1,30	27,30	4,30	8,63
Micro Central Serrana	10,00	1,50	3,50	3,20	1,30	0,04	1,60	3,74
Micro Sudoeste Serrana	8,00	1,80	4,20	4,00	0,00	0,72	1,90	4,88
Macro Noroeste	29,00	6,30	11,90	12,50	4,60	1,66	6,20	14,78
Micro Polo Colatina	5,00	4,10	5,90	5,70	3,30	1,38	3,30	5,72
Micro Noroeste I	14,00	0,70	2,50	3,10	0,00	0,04	1,20	4,44
Micro Noroeste II	10,00	1,50	3,50	3,70	1,30	0,24	1,80	4,62
Macro Norte	19,00	3,10	5,10	6,70	0,70	6,89	5,60	10,55
Micro Litoral Norte	11,00	2,60	3,80	5,10	0,70	6,88	4,70	7,97
Micro Extremo Norte	8,00	0,50	1,30	1,60	0,00	0,01	0,80	2,58
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE 2006, cálculos do autor.

Observação:

- 1 Área
- 2 Valor Adicionado Fiscal – ano de 2000
- 3 IPM no ICMS – ano de 2000
- 4 População – 2004
- 5 150 maiores empresas – 2000
- 6 Investimentos previstos para o período de 2005-2010
- 7 PIB municipal – 2002
- 8 Participação no total de pobres do estado- 2000

Mapa 1 – Divisão Regional do Espírito Santo



O processo concentrador ainda persiste nos primeiros anos do século XXI. Produção e população tendem a crescer mais no litoral do que no interior do estado. A concentração do PIB e da população continua presente nas cidades com população acima de 200 mil habitantes. Todavia, na faixa de extrato de municípios com população entre 20 mil e 30 mil habitantes é observada uma variação significativa no PIB.

BUSCA DE EXPLICAÇÕES

Para uma melhor compreensão da questão das desigualdades regionais e entendê-las nas especificidades do Espírito Santo, é importante, primeiramente, fazer-se uma incursão nos distintos enfoques teórico-explicativos disponíveis, pois podem facilitar o reconhecimento e entendimento dos processos de desigualdade inter-regional numa dimensão mais geral.

Segundo Hoffmann (1997), podem ser distinguidas duas vertentes teóricas que intentam explicar o fenômeno da desigualdade entre regiões. A primeira vertente é de inspiração neoclássica e apresenta como explicação o isolamento de uma ou mais regiões. Infere-se daí que a solução para a redução das disparidades entre regiões ou países estaria na abertura comercial e dos canais de comunicação. As ramificações dessa concepção teórica podem ser identificadas, por exemplo, na teoria neoclássica da igualação da remuneração dos fatores, no modelo de aproveitamento dos recursos naturais no espaço e também na teoria do dualismo estrutural.

A segunda vertente, ainda segundo Hoffmann (1997), busca as causas das desigualdades regionais nas relações econômicas e sociais produzidas entre as regiões, cujos desníveis de desenvolvimento têm sido forjados historicamente. Como ramificações desta, podem ser classificadas a “teoria da causação circular cumulativa e as variadas interpretações da teoria do colonialismo interno”.

O primeiro grupo de teorias tem como fundamento o princípio de que a mobilidade perfeita dos fatores de produção entre países e regiões teria como consequência a igualação da remuneração dos mesmos, eliminando-se assim as desigualdades. Em síntese, a origem do intercâmbio entre regiões teria como explicação exatamente a diferenciação na dotação de fatores entre regiões.

Essa concepção pode ser vista como mais forte hoje que no passado, basta analisar as políticas que, à luz do neoliberalismo, pregam a eliminação das barreiras interpaíses e intrapaíses. Nessa visão, o problema do subdesenvolvimento somente seria resolvido com a eliminação das barreiras à mobilidade dos fatores.

A origem dessa linha teórica é apresentada por Eli Hecksher e Bertil Ohlin⁵, com a finalidade de analisar os efeitos do comércio internacional na distribuição de renda por habitante dos países. Hecksher e Ohlin, economistas da chamada escola sueca, acabaram produzindo o que ficou sendo conhecido como o Teorema Hercksher-Ohlin. A essência do desenvolvimento do teorema parte da constatação da existência de aportes diferentes de recursos humanos e de capital entre os diferentes países, chegando a admitir que uma mobilidade perfeita de fatores em escala mundial levaria à igualação dos preços absolutos de fatores em todo o planeta. Esse raciocínio também poderia ser transplantado à escala regional (regiões de uma nação).

A conclusão mais lógica dessa corrente é de que as chamadas políticas regionais de desenvolvimento, justamente aquelas que teriam como objetivo eliminar as desigualdades, não teriam sentido algum; muito pelo contrário, poderiam, sim, intensificá-las.

Já a segunda vertente reconhece a instância histórica como uma determinante fundamental dos processos de desigualdades. Como expressa Hoffman (1997, p.282): “el sistema capitalista esta compuesto de subsistemas nacionales con especificaciones y formas propias de inserción en el sistema de orden superior”.

Esse segundo grupo de teorias pode ser desdobrado em correntes relativamente distintas

ou, para alguns, profundamente distintas. A primeira admite que a questão da desigualdade é inerente ao modo de funcionamento da economia de mercado, sem penetrar na discussão do mesmo. Ou seja, não se discute se o funcionamento do mercado implica em relação de exploração; enfoque que é ressaltado pela segunda corrente. Essa, sim, expõe claramente as relações entre exploradores e explorados, nitidamente fundamentada na análise marxista.

Especificamente no Brasil, a Questão Regional tem sido objeto de análise sob diferentes enfoques. Enquanto alguns buscaram analisar o processo de formação histórica das diversas regiões do país, inclusive o processo de integração do espaço nacional, a exemplo de Celso Furtado (1959), Wilson Cano (2007); outros enveredaram pelo campo da intervenção do Estado, na perspectiva de que através de intervenções planejadas (planejamento regional), as desigualdades pudessem ser minimizadas ou até eliminadas.

Não há dúvidas de que, especialmente a partir da década de noventa, a abertura da economia brasileira associada ao processo de globalização tem alterado os critérios de escolha dos pontos de destino do fluxo de investimentos. Isso tem acarretado um rearranjo espacial dos focos de atração, onde a tendência parece apontar para uma intensificação das desigualdades inter e intrarregionais. Tudo indica, por exemplo, que o Espírito Santo está sendo diretamente afetado pelas mudanças de “focos” ou de “eixos de desenvolvimento” no contexto recente da economia brasileira, ao mesmo tempo em que, internamente, ampliam-se as desigualdades entre as macro e microrregiões.

Parece crer que o fenômeno da abertura econômica e a globalização tendem a redefinir as relações interespaços; privilegiam alguns e repelem outros. Os “repelidos” o são pela fragilidade das suas ligações com as demais regiões e principalmente com o mundo. Isso pode explicar, por exemplo, o isolamento ou enfraquecimento de determinadas regiões. No Espírito Santo, a região sul poderia se encaixar nessa situação.

Sob a ótica espacial mais geral e considerando a configuração do espaço econômico brasileiro, a trajetória de desenvolvimento passa por várias fases, as quais, segundo Guimarães (1997), podem ser assim classificadas:

- a fase do *isolamento relativo*, fundado nos antigos complexos exportadores, cuja existência chegou ao limiar no século XX. Para o Espírito Santo, significou a ocupação e formação de grande parte do seu território. Decorre desse período, a formação da “centralidade” (domínio de espaço econômico) de Cachoeiro de Itapemirim. Essa centralidade foi alimentada pela construção de ferrovias que integravam a cidade de Cachoeiro ao Rio de Janeiro e aos municípios vizinhos;
- a fase de *articulação comercial* que também ensejou o surgimento e consolidação da indústria brasileira, chegando até a década de 60. O Espírito Santo inseriu-se apenas periféricamente, enquanto base primário-exportadora, com o café e minério;
- a fase de *integração produtiva*, na década de setenta e com maior intensidade na década de oitenta. Nessa fase, o Espírito Santo integra-se nacionalmente a partir dos chamados grandes projetos.

Assim, diferenciação regional mais intensa tem seus fundamentos assentados mais fortemente na fase do isolamento, quando toda a infraestrutura e o esforço econômico estão concentrados nos complexos exportadores regionais. Num segundo momento, já na segunda fase, a fase de formação do mercado interno, as diferenciações regionais se ajustam e se constrói a partir do núcleo central integrador da economia nacional, o sudeste. Os mercados regionais se integram na lógica a partir desse núcleo.

Segundo Guimarães (1996), o processo de desconcentração que ocorre de meados da década de setenta e vai até os meados da década de 1980 tem relação direta com o processo de integração produtiva. No entanto, a partir de meados de oitenta, por fatores ligados à própria crise econômica e ao enfraquecimento do estado – crises fiscal e financeira –, dá-se início a uma nova fase que pode ser caracterizada como indefinida sob a ótica da concentração e desconcentração espacial, caracterizada por Guimarães como nem de concentração nem de desconcentração.

Aqui podemos inserir o Espírito Santo. Primeiro, na década de setenta, quando este se integra à economia brasileira, no bojo do II PND. Já na década de oitenta, o Espírito Santo não faz senão manter-se seguindo o impulso inercial da década anterior.

Com relação ao período chamado “indefinido” – década de 1980 - dois autores se apresentam, Diniz (1996), que estende o espaço nucleador da fase anterior – o Sudeste – até o Centro Sul; e Pacheco (1998), que trabalha com a perspectiva de um processo de fragmentação econômica do território nacional, já admitindo a existência de subespaços com especializações específicas e sem muito atrelamento com o núcleo dinâmico central (São Paulo) e mais “plugados” numa economia globalizada.

Talvez o aspecto mais relevante dessas duas abordagens esteja na ruptura da forma corrente de visualizar a questão regional. Até então, ressaltava-se a escala macrorregional do desenvolvimento, retratada nas tradicionais regiões nordeste, sudeste, norte, centro-oeste e sul. Enquanto Diniz (1996) ressalta o papel de setores chamados dinâmicos, sobretudo aqueles que estão na liderança do processo de reestruturação da economia em escala mundial. Para ele, os fatores competitivos sistêmicos desempenham um papel fundamental nas decisões de localização. Em síntese, a incorporação do que se chama novo paradigma tecno-econômico por parte do parque industrial brasileiro redefine e reorienta a estrutura produtiva sob o ponto de vista espacial.

Pacheco (1996) trabalha num enfoque mais projetivo dos efeitos decorrentes do processo de globalização e inserção produtiva em escala mundial. A perspectiva de segmentos dinâmicos localizados operando em circuitos comerciais superiores, sobretudo ligados ao comércio internacional, pode proporcionar um processo de reconcentração espacial especializada. Nesse aspecto, é possível perceber uma tendência de aumento da heterogeneidade dentro dos limites de região.

A versão de Pacheco (1996) parece se aproximar mais de uma explicação convincente para a nossa realidade mais recente, sobretudo, na década de noventa. Com certeza, aí estaria a

explicação para uma situação de fragmentação do espaço regional no Espírito Santo.

PLATAFORMA PARA UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

A economia capixaba, sem dúvida, continua crescendo a taxas que podem ser consideradas altas para os padrões do Brasil.

A dinâmica econômica dos primeiros anos da primeira década do século XXI pode ser avaliada a partir de alguns indicadores como consumo de energia, arrecadação de tributos, compra de automóveis, etc. A Tabela 3 mostra alguns desses indicadores, onde o Espírito Santo se destaca da média nacional.

Tabela 3 - Indicadores da Dinâmica Capixaba: Variação no Período 2002-2006 (%)

Discriminação	ES	BR	ES/BR
Consumo Residencial de Energia	26,8	17,8	50,6
Arrecadação de ICMS	113,7	62,1	83,1
Venda de Veículos	66,5	28,7	131,7
Emprego Formal	28,5	20,5	39,0

Fonte: IBGE, 2006.

Essa positiva performance da economia pode ser vista como resultante da retomada da capacidade de investimento do setor público e da forma como este se posiciona diante do futuro, principalmente a partir de 2003.

Podemos avaliar que tanto a sustentabilidade quanto a capacidade de aceleração da economia estadual, como também a dinâmica econômica das regiões, estão assentadas nos grandes complexos nucleados e forjados a partir dos grandes projetos – minero-siderúrgico e madeira e celulose – e todo o aparato de infraestrutura e logístico que os cercam – portos, ferrovias, aeroporto, etc. Eles é que formam a “massa” de atração e também funcionam como elementos difusores de inovação através de efeitos diretos e indiretos.

Não há como dissociar, por exemplo, os avanços no setor madeireiro – silvicultura, produção de artefatos de madeira e indústria moveleira – do complexo silvícola e industrial da Aracruz Celulose. Pode-se afirmar o mesmo com relação aos setores metal mecânico e de prestação de serviços industriais especializados, com forte ligação com o complexo minero-siderúrgico. Indo um pouco mais além, mesmo que tais complexos representem vulnerabilidade em relação às crises externas, principalmente em relação ao valor bruto da produção, causados pelas oscilações de preços e quantidades produzidas, são mantidos os níveis de emprego e renda, pois o horizonte de cálculo destes investimentos vai além do curto e médio prazo.

Em termos de perspectiva, não seria despropósito afirmar que a economia capixaba se encontra atualmente diante de um processo de transformação que a alçará a um novo patamar de complexidade, diversidade e integração interna e externa – nacional e internacional. Já

podemos perceber sinais nítidos de uma “nova” economia capixaba, a qual, sem se desgarrar do seu passado ou mesmo negá-lo, incorpora novos valores e abre novas frentes de expansão. Na verdade, ela emerge da velha economia, que a molda nos seus fundamentos e trajetória, mas a distingue na sua capacidade de aprendizado e de avançar.

É comum não darmos conta de perceber o novo que acontece ao nosso redor, em qualquer campo de observação. No mundo econômico, não é diferente. As transformações são tão rápidas que o novo passa despercebido ao ser incorporado no curso do dia-a-dia. Além disso, muitas vezes, os resultados demonstrados em números não refletem de forma clara e objetiva as mudanças que ocorrem nas entranhas do mundo produtivo, em especial, aquelas de natureza qualitativa. No mundo produtivo capixaba, muita coisa nova está acontecendo, seja na agricultura, na indústria, nos serviços ou nas grandes empresas.

Essa nova economia capixaba pode ser vista, por exemplo, através do setor de mármore e granito, o qual se apresenta hoje como um arranjo produtivo maduro, capaz de enfrentar mercados exigentes. Ou de um setor moveleiro que, de forma surpreendente, também se abre aos mercados de outros países, integrando-se a lógica exportadora da economia capixaba através da incorporação de tecnologias, capacidade empreendedora e processos inovadores de produção. O mesmo acontecendo com o setor metalomecânico.

Não há como deixar de registrar também o mosaico de iniciativas inovadoras que acontecem na agricultura capixaba, seja na sua tradicional cultura, o café, seja na fruticultura, na avicultura, na aquicultura, etc. Além disso, numa nova relação, as grandes empresas e os grandes negócios colocam-se mais presentes e mais parceiros no processo de construção dos fundamentos dessa nova economia capixaba. É nessa lógica que vemos também o novo “grande negócio” chamado gás e petróleo. Dele poderemos tirar muito proveito, não somente em termos de oportunidades de emprego e renda, mas principalmente no que esse novo negócio poderá gerar de base tecnológica e capital humano avançado, aquele que fará a diferença no futuro bem próximo. E será exatamente pela estratégia de diferenciar-se, de qualificar-se para o novo e através do novo que a economia capixaba encontrará o seu espaço no contexto de um mundo cada vez mais competitivo.

Há uma percepção, no entanto, de que tanto a sustentabilidade, quanto a capacidade de aceleração da economia estadual estão assentadas nos grandes complexos nucleados e forjados a partir dos grandes projetos – minero-siderúrgico e madeira e celulose – e todo o aparato de infraestrutura e logístico que os cercam – portos, ferrovias, aeroporto, etc. Eles é que formam a “massa” de atração e também funcionam como elementos difusores de inovação através de efeitos diretos e indiretos.

Esse novo ciclo está esboçado no Projeto de Desenvolvimento do Espírito Santo para os próximos vinte anos – o ES 2025⁶ elaborado através de um processo de parceria e cooperação entre o Governo do Estado, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, sob o patrocínio da Petrobrás, e que contou com as participações da sociedade organizada, de entidades representativas do setor privado e instituições públicas. O Novo Ciclo pressupõe uma integração mais forte e mais competitiva da economia estadual nos âmbitos nacional e internacional.

NOTAS

- 1 Trata-se da discussão feita no início do capítulo I, quando fica explicitado que “os fatos econômicos resultam do comportamento econômico... definido como comportamento dirigido para a aquisição de bens” (p.9). Em seguida, “como falamos dos fatos econômicos em geral, assim o fazemos com o desenvolvimento econômico”.
- 2 Muniz Freire foi governador do Espírito Santo em dois mandatos: no período de 1892 a 1896 e entre 1900 a 1904. Muniz Freire foi responsável pelo primeiro projeto de desenvolvimento do Espírito Santo com visão de longo prazo. Imaginou o Espírito Santo integrado internacionalmente e internamente, moderno e diversificado economicamente; projetou e construiu ferrovias como a que liga Vitória a Cachoeiro de Itapemirim e o trecho de Vitória a Colatina, o que seria a atual Vitória Minas.
- 3 São municípios situados no extremo do litoral norte do Espírito Santo, os quais, no período colonial, foram mantidos como um núcleo praticamente isolado da capital do estado. No entanto, esse isolamento não impediu que lá fossem desenvolvidas atividades econômicas, mesmo que incipientes, dentre as quais a de produção de farinha de mandioca, com base na mão de obra escrava, atendendo principalmente o mercado do Estado da Bahia, sobretudo da Capitania de Porto Seguro.
- 4 “Novo Arrabalde” foi um projeto de cidade idealizado por Muniz Freire sob a inspiração de Paris, tida, na época, como a “cidade luz”.
- 5 Esses dois autores suecos produziram, na primeira metade do século XX, a primeira alternativa ao modelo ricardiano (David Ricardo, economista Inglês) das vantagens comparativas entre nações. A primeira aproximação ao modelo foi produzida por Heckscher em 1919, o qual foi melhorado por Ohlin em 1933. Posteriormente, Poul Samuelson, renomado economista americano, em 1948, reuniu as duas contribuições dando-lhes um formato de aplicação. Em 1991, mais precisamente em 17 de junho, The MIT Press publicou os textos originais dos dois autores suecos.
- 6 O ES 2025, o Plano de Desenvolvimento do Estado, foi elaborado em 2005. Trata-se de um plano de longo prazo que a partir da construção de uma visão de futuro focada em 2025 delineou estratégias e um portfólio de projetos capazes de tornar essa visão em realidade.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS JR, C. T. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970**. Campinas: Editora UNESP, (3ª edição) 2007.
- DINIZ, E. Estratégias Empresariais, Crise e Reforma Liberais: uma análise comparada da América Latina no limiar dos anos 90, **ARCHE**, n.7, p.67-94, 1994.
- DINIZ, C. Campolina; CROCCO, Marco A. Reestrutura Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira, **Nova Economia**, vol.6, n.1, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Ciclos econômicos e desigualdade regional no Brasil. Campinas, Encontro Nacional de Economia – ANPEC, **Anais...**, 1996, pp.480-499.
- HOFFMANN, R. Desigualdades entre os estados na distribuição da renda no Brasil, **Economia Aplicada**, São Paulo, abril/jun., p.281-296, 1997.
- NEP- Núcleo de Estudos e Pesquisas do Departamento de Economia da UFES. **Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo 1850-1930**. Vitória: FCAA, 1983.
- NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas do Departamento de Economia da UFES. **Proposta de Estratégia de Interiorização do Desenvolvimento e Descentralização de Investimentos no Espírito Santo**. Vitória: FCAA, 1993.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- PACHECO, Carlos A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e Grande Indústria: A Transição no Espírito Santo 1955-1986**. Vitória: FCAA, 1991.
- SANTOS, E. F. **Vias de Comercialização, Conquista Territorial e Colonização Estrangeira no Espírito Santo do Século XIX, 2010**. (no prelo).
- SHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Abril, 1982.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A Invenção do Coronel**. Vitória: Editora da UFES, 1995.

Orlando Caliman Professor aposentado do Departamento de Economia da UFES, tendo exercido vários cargos na administração pública estadual, tais como secretário de planejamento e dirigente de instituição bancária e de estudos e pesquisa. Suas áreas de atuação sempre foram ligadas ao tema do desenvolvimento, em especial em âmbito regional, com foco no Espírito Santo. Atualmente é sócio diretor do Instituto de Pesquisa Futura